

O “Pai da Pátria”

Henrique Barrilaro Ruas

Já tem sido notado que, de todos os grandes portugueses que exalta, só a Nun'Álvares Pereira é que Luís de Camões dá o nome de “pai da pátria” (*Os Lusíadas*, VIII, 32,5-6). A designação não surge forçada – nem sequer ajudada por qualquer construção eufónica; e corresponde bem à importância que o Condestável assume no Poema (Cantos I, IV e VIII). Até cerca de 1560, nenhum português parece igualado a D. Nuno na admiração do Épico. Porquê?

Antes de mais, veja-se o próprio texto. Logo no Canto I, a Dedicatória dá o primeiro lugar a Nun'Álvares. Contra a ordem cronológica, em que seria o sétimo, é ele que abre a série dos Heróis: Nuno, Egas, Fuas Roupinho, o Magriço, o Gama, Afonso Henriques, D. João I, D. João II, os Afonsos III, IV e V, Duarte Pacheco, D. Francisco e D. Lourenço de Almeida, Albuquerque, D. João de Castro (cinco antes dos Reis; cinco depois deles – os quais são seis).

No Canto IV pertencem-lhe, preparadas pela estância 13, as que vão da 14 à 21, e logo se lhe sujeita a segunda parte da 23 e a primeira da 24. Reaparece o Herói nas oitavas 30, 31, 32 (de certo modo na 33), na 34, na 35, na 36; reentra em cena nas que têm os números 45, 46 e (de certa maneira) 47.

No Canto VIII, nas palavras atribuídas a Paulo da Gama, o Condestável sobressai nas estrofes 28 a 32. É precisamente nesta última que espande o alto e raro título:

“Ditosa pátria que tal filho teve;
Mas antes pai (...)” (5-6).

Pais da pátria eram, para os antigos Romanos, aqueles que decisivamente tinham sido salvadores da comunidade política.

A mesma ideia aparece, bem clara, em Camões. Se quisermos ver em que consiste a personagem histórica de D. Nuno, responde-nos o Canto I:

“Que fez ao Rei e ao Reino tal serviço,” (I, 12,2);

e o Canto IV (em discurso na primeira pessoa):

“(...) eu só, resistirei ao jugo alheio.” (18,8);

“Em virtude do Rei, da pátria mesta,

.....
Vencerei, não só estes adversários,

Mas quantos a meu Rei forem contrários.” (IV, 19,5,7-8).

Ainda no mesmo Canto, e de novo na terceira pessoa, o Condestável ergue-se aos olhos do Poeta como émulo de Xerxes (23,5-8) e “(...) Açoute de soberbos Castelhanos” (24,1-2). Nele “se encerra / Todo o valor” (30,5-6). Semelhante ao leão cercado por caçadores a cavalo (34 e 35), Nuno “a verdura / Tinge com o sangue alheio” (35,5-6). No termo da grande batalha real, ao passo que D. João I cumpre todos os ritos de vencedor – e vencedor cristão —, o Condestável, “(...) que não quer por outras vias / Entre as gentes deixar de si memória / Senão por armas sempre soberanas, / Para as terras se passa Transtaganas.” (45,5-8). E o grande feito de Valverde (46) demonstra que uma estrela o guiava, que não consentia ver a intenção desmentida pelo efeito (46,1-2).

Mas é o Canto VIII que mais claramente desenha a figura mística de Nun'Álvares (30 e 31). Ao introduzir a personagem de teor sobrenatural, Camões reafirma a ideia da “santa Estrela”,

que surge como que servindo a Deus, quer nos campos de Aljubarrota, quer na Andaluzia (29). É afinal pela boca de Paulo da Gama que Nun'Álvares Pereira se fixa definitivamente na *Épica lusíada*:

“Atenta num que a fama tanto estende
Que de nenhum passado se contenta;
Que a pátria, que de um fraco fio pende,
Sobre seus duros ombros a sustenta.” (28,1-4).

Estes grandes serviços, esta entrega inteira ao Rei e à Terra-Mãe, ultrapassam a altura de um Cipião (ou dos Cipiões, 32,3-4)). Brota, portanto, da narrativa e da reflexão, a palavra magnífica:

“Ditosa pátria que tal filho teve;
Mas antes pai (...) (32,5-6).

Parece de notar, muito especialmente, o duplo fundamento da inscrição: o Condestável não foi somente um alto servidor do Rei; foi sobretudo o mais decidido e claro servidor do Reino. A distinção é essencial. Camões compreendeu perfeitamente o que há de novo, de original, na atitude de Nun'Álvares. Como nas suas muitas palavras mais ou menos seguramente transmitidas pelas fontes se pode ver, o Condestável tinha em mente a categoria política bem humana da comunidade nacional. Tudo mostra que era a Nação que ele procurava servir e levar os outros a servir. Servir o Rei era um modo – o mais simples, o mais seguro, mas um meio – de prestar ao Povo, no sentido de Nação, o devido e nobilitante serviço.

Parece de notar que o Condestável do Canto IV (desenvolvimento do breve retrato impressionista do que perpassa pelo Canto I) não é inteiramente equivalente ao do Canto VIII. Dir-se-ia que o Poeta guardou para o discurso de Paulo da Gama e para ser ouvido pelo Catual o elemento mais sublime da imagem de D. Nuno. Como se supusesse que o islamita Rei de Melinde não apreciaria tão bem como o pseudo-cristão ou semi-cristão da Índia (segundo o conceito então vigente entre os Portugueses) a grandeza mística do Santo. Na verdade, só para os ouvidos do nobre indiano é que estava reservado o episódio de Valverde. O Rei de Melinde havia de contentar-se com uma visão a bem dizer limitada, e até falsa, do Grande Condestável:

“Mas Nuno, que não quer por outras vias
Entre as gentes deixar de si memória
Senão por armas sempre soberanas, (...)”
(como já vimos).

É, de resto, perfeitamente histórico que Nun'Álvares deixou como expressão das graças recebidas do Céu em Aljubarrota a ermida de S. Jorge e o Convento do Carmo. Mas, afinal, também não há n' *Os Lusíadas* sinal de conhecimento de tão notável construção como é a “Batalha”. Fica-se com a vaga impressão de que o Poeta não dava importância a essas manifestações religiosas por parte dos heróis. E não há dúvida de que, muito objectivamente, um vasto e pesado véu silencioso recobre no Poema boa parte da espiritualidade da nossa História nacional, desde Santo António a Santa Joana Princesa, desde a Rainha Santa a Xavier. Maior é, assim, o relevo que assume o rasgo místico do Condestável em Valverde – aliás logo comparado a um episódio do paganismo clássico.

Clássico é também, na verdade, o título conferido ao nosso Herói-Santo. Mas seria injusto e inadequado pretender uma leitura meramente classicista e retórica do epíteto, como se Camões houvesse apanhado de passagem uma ocasião propícia a compor um retrato académico. Não. A figura ímpar de Nun'Álvares entra e reentra pel' *Os Lusíadas* dentro com perfeita naturalidade. Está em sua casa. Instala-se de corpo inteiro e de alma íntegra. Fala em nome da

nobreza consciente e do povo rude, em nome daqueles que compreenderam o sentido aristocrático da existência e também por todos os que viveram intuitivamente a verdade política.

Filho da pátria, “aluno” (Canto VIII), mas também pai. Dos três substantivos que de algum modo adjectivam o Condestável, o segundo é o que pede alguma explicação: *alumnus*, que pode ser filho, e até infante, bebé, vale também como discípulo e como servo; mas surge, no baixo latim do século V (Marciano Capela), com o sentido activo (cf. Félix Gaffiot), portanto como aquele que dá o sustento. Tivesse ou não tivesse Camões a ideia desta extensão do termo, é-nos certamente lícito aproveitar a revolução semântica: a Mãe-Pátria amamenta, mas é por sua vez amamentada, sempre que as gerações renovam o sangue e a vontade. Cada uma das gerações, cada pessoa em cada geração verdadeiramente viva renova o acto criador da comunidade nacional. E, se é este o mistério da existência do Povo, esse mistério torna-se dominador e magnífico sempre que alguém consegue concentrar em si as energias espirituais, a força moral, a consciência reflexa e actuante, o sentido histórico, e renova o processo biológico.

O Condestável foi um desses homens verdadeiramente extraordinários. Considerando serenamente em que consistiu a sua obra, veremos que ele conheceu claramente a situação de desolada angústia da Pátria, e teve a visão perfeita da sua vocação para a salvar. Uma consciência acompanhava a outra. Quanto mais via a miséria, a orfandade, a viuvez da Terra-Mãe, tanto mais nele crescia o sentimento e o impulso para se dedicar completamente à sua libertação. Nas circunstâncias históricas concretas, não bastava libertar Portugal: libertá-lo era recriá-lo, restaurar-lhe as energias perdidas, reavivar-lhe o auto-conhecimento, dar-lhe de novo dignidade e sentido das responsabilidades. Dar-lhe História.

Libertar Portugal era libertar e nobilitar cada uma das comunidades portuguesas; cada um dos Portugueses. E a verdade é que, se exceptuarmos uma meia dúzia de portugueses estrangeirados ou perdidos, cada português desde o século XV conhece e reconhece em Nun'Álvares o “Pai da Pátria” de nós todos. Há nesse sentimento uma componente intelectual, juntamente com outra meramente instintiva e uma terceira de carácter afectivo. De modo geral, o entusiasmo que desperta o nome do Condestável não depende da posição religiosa dos Portugueses: viu-se, no princípio do século XX, quando se constituiu a “Cruzada Nun'Álvares”. Entre os fundadores e dirigentes, encontravam-se figuras bem distantes da Igreja Católica. Fenómeno análogo se deu em França, e também pela mesma altura, em relação a Joana d'Arc, a “Santa da Pátria”. Em ambos os casos, trata-se de alguém que recriou uma entidade política ameaçada de morte, e que – muito especialmente em Portugal –, ao refazer o vínculo, lhe deu forma mais perfeita. Entre o acto fundador de D. Afonso Henriques e o acto recriador de Nun'Álvares, houve um progresso inegável: o que era ainda obscuro tornou-se claro; nasceu para sempre a consciência política, cada vez mais participada pelos membros da comunidade.